



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



Burocracia e Ação Racional: da Concepção Weberiana às Categorias de Poder e Política *versus* Força e Violência em Hannah Arendt.

Bureaucracy and Rational Action: the Weberian Conception of the Categories of Power and Politics *versus* Force and Violence in Hannah Arendt

Edilândia Pinheiro de Moura¹

Graduanda em administração (UFPI)
edilandia.pinheiro@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Leonília Luz Xavier²

Graduanda em administração (UFPI)
leonilixavier@hotmail.com
Universidade federal do Piauí - UFPI

Douglas Moraes Bezerra³

Mestre em administração (UFRN)
moraesbd@hotmail.com
Universidade federal do Piauí – UFPI

Daniel Arruda Nascimento⁴

Doutor em filosofia (UNICAMP – SP)
danielarrudanascimento@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Edilândia Pinheiro de Moura e Leonília Luz Xavier

Burocracia e ação racional: Da concepção weberiana às categorias de poder e política *versus* força e violência em Hannah Arendt

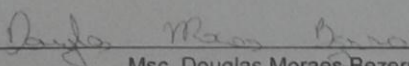
A comissão examinadora, composta pelos(as) professores(as) abaixo, sob a presidência do(a) primeiro(a), considera a discente como:

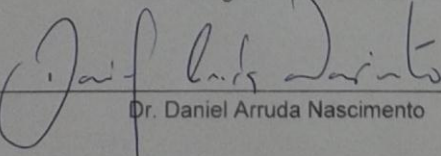
Aprovado(a)

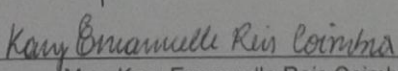
Aprovado(a) com restrições

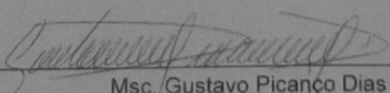
Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 08 de Agosto de 2014.


Msc. Douglas Moraes Bezerra


Dr. Daniel Arruda Nascimento


Msc. Kary Emanuelle Reis Coimbra


Msc. Gustavo Picanço Dias

RESUMO

A burocracia está presente em todos os segmentos da sociedade, atuando como sistema predominante nas organizações atuais. Do mesmo modo, o poder e a política, bem como a força e a violência permeiam a realidade social. Dessa forma, esta pesquisa objetiva examinar a relação entre os tipos de racionalidades em Max Weber e as categorias: poder e política *versus* força e violência em Hannah Arendt à luz das principais críticas administrativas à burocracia. O estudo sobre o tema é de grande relevância, uma vez que os debates sobre a racionalidade são frequentes na atualidade, destacando-se as discussões sobre as racionalidades instrumental e substantiva nas organizações. A pesquisa caracteriza-se como teórica por se basear em análises bibliográficas de estudiosos e críticos da burocracia, tomando como fontes principais o estudo de Max Weber e o pensamento político de Hannah Arendt, para assim, correlacioná-los aos modelos apresentados pelos principais críticos. Nesse sentido, compreende-se que as racionalidades relacionam-se com as categorias apresentadas por Arendt, tendo em vista que a burocracia já representa em si uma violência a serviço do poder ilegítimo, estruturado à revelia dos direitos fundamentais porque avesso à participação popular na construção dos processos democráticos.

Palavras-chave: Burocracia. Poder. Política. Racionalidade. Violência

ABSTRACT

The bureaucracy is present in all segments of society, acting as the predominant system in today's organizations. Similarly, power and politics, as well as the strength and violence permeate the social reality. Thus, this research aims to examine the relationship between the types of rationality in Max Weber and categories: policy and power versus force and violence in Hannah Arendt in the light of the main criticisms of the administrative bureaucracy. The study on the topic is of great importance, since the debates about rationality are common nowadays, especially the discussions of instrumental and substantive rationality in organizations. The research is characterized as being based on theoretical analyzes bibliographic scholars and critics of bureaucracy, taking as main sources the study of Max Weber and the political thought of Hannah Arendt, thus, correlate them to the models presented by leading critics. In this sense, it is understood that the rationalities relate to the categories presented by Arendt, considering that bureaucracy is already in itself a form of violence in the service of illegitimate power, structured in absentia of fundamental rights because averse to popular participation in building democratic processes.

Keywords: Bureaucracy. Power. Policy. Rationality. Violence.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem se deparado com organizações cada vez mais inflexíveis e robotizadas pelo excesso de normas e exigências legais. Essa dita inflexibilização atinge as organizações tanto do setor público, quanto do privado, uma vez que, a mecanização e a padronização das rotinas fazem parte da metodologia utilizada na maioria dos procedimentos organizacionais dessas empresas.

Nas organizações de natureza privada depara-se com a excessiva mecanização e formalização das tarefas, que normatiza e regula as funções departamentais, robotizando as ações dos indivíduos. Porém, no setor público o descaso é ainda maior e encontra-se um verdadeiro engessamento e entrave dos processos organizacionais. Desse modo, vivencia-se situações rotineiras de enormes dificuldades enfrentadas por aqueles que fazem uso dos serviços prestados pelas denominadas organizações burocráticas.

Expressões como inflexibilidade, inadaptabilidade e rigidez dos processos soam bastante comum no cenário vivenciado pelos dependentes desse tipo de organização. Entretanto, a causa burocrática ganhou dimensão e uma discussão mais profunda já abrange os campos de reflexões dos grandes estudiosos da burocracia. É a denominada alienação psicológica, isto é, a situação na qual a sociedade está submetida ao conformismo e aceitação dos padrões impostos por esse sistema. Para Tragtenberg, “a burocracia constitui um sistema de condutas significativas e não só sistema de organização formal” (TRAGTENBERG, 2006, p. 236).

Diante desta dita inflexibilidade, as organizações têm buscado alternativas para o aumento da sua capacidade de adaptação e flexibilidade. Uma vez que tornar-se flexível é condição necessária para a sobrevivência no atual mercado cada vez mais dinâmico e altamente competitivo.

Portanto, sabendo-se da real necessidade das organizações em desenvolverem uma estrutura flexível e de fácil adaptabilidade, questiona-se sobre os motivos que as tornam tão inflexíveis e robotizadas? Para Max Weber a explicação se dá pelo fato dessas organizações fazerem uso exclusivo da racionalidade instrumental e não ceder espaço para o uso dos outros tipos de ações racionais.

Contudo, saber que a racionalidade instrumental é a única forma de ação racional permitida nas organizações burocráticas, não é suficiente. Torna-se pertinente compreender que esse tipo de racionalidade engessa a ação racional pelo fato de se pautar apenas no uso do cálculo objetivo da regra, da norma e do previsível. Sabe-se que a ação humana envolve e produz elementos que muitas vezes a racionalidade formal não consegue compreender, necessitando-se portanto, utilizar da política, isto é, das características humanas para resolver aquilo que o cálculo não consegue, tendo o homem, que se utilizar de seus aspectos e das suas características valorativas, substantivas e subjetivas para resolver determinadas questões.

Desse modo, o exercício da política é o elemento que se contrapõe à racionalidade instrumental, de modo que comparando a análise de Hannah Arendt com o pensamento weberiano podemos concluir que a política está relacionada com o exercício da racionalidade afetiva e tradicional, o que Guerreiro Ramos (1981), tende a denominar de racionalidade substantiva. Portanto, para que as organizações se tornem flexíveis faz-se necessário o uso da racionalidade substantiva, ou seja, o exercício da política.

Nesse sentido, e tendo em vista as diversas críticas feitas à burocracia investiga-se qual a relação entre os tipos de racionalidades em Max Weber e as categorias de poder e política *versus* força e violência em Hannah Arendt?

O presente estudo, à luz das principais críticas administrativas à burocracia, justifica-se no fato de se tratar de um tema bastante amplo e que insere discussões de interesse da

sociedade atual, que enfrenta problemas referentes à burocratização e ao uso indevido da força e da violência anulando a atuação do poder e da política.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a burocracia e a ação racional na concepção weberiana comparando-as às categorias de poder e política *versus* força e violência em Hannah Arendt. Nos objetivos específicos buscou-se caracterizar a burocracia como “jaula de ferro” da sociedade moderna, segundo a visão teórica de Max Weber; compreender as concepções de poder e política e de força e violência contidas nos estudos de Hannah Arendt.

A metodologia utilizada para realização do estudo foi a pesquisa bibliográfica, considerando aspectos qualitativos acerca do tema em epígrafe. Este trabalho conta com a seguinte estrutura: além desta introdução, o desenvolvimento compreende quatro tópicos, abordando os principais conceitos que envolvem o tema, cuja conclusão reflete os efeitos da burocracia racional com a estreita aproximação desta com as noções de poder e violência.

2 BUROCRACIA: A “JAUOLA DE FERRO” DA SOCIEDADE MODERNA

A burocracia apresenta, em suma, um caráter que afeta os padrões de conduta dentro de uma sociedade, visto que a classe detentora do poder burocrático cria e impõe suas próprias regras sem levar em consideração se estas irão ou não se adequar aos interesses da coletividade. Pode-se compreender que nesse tipo de dominação a liberdade e os interesses individuais estão completamente limitados à vontade manifesta do dominante, ou seja, é como se todos os dominados tivessem adotado como seus, os próprios interesses dos dominantes (MOTTA; BRESSER PEREIRA, 2004).

Desse modo, a sociedade fica aprisionada e sujeita às condições criadas e impostas pelas organizações e pelo Estado, que atualmente se configura o maior representante da estrutura burocrática em nosso País. Sendo assim a sociedade moderna se encontra em uma verdadeira “jaula de ferro” que são as conhecidas organizações ou sistemas burocráticos.

Para Max Weber, a “jaula de ferro”, expressão utilizada para definir a objetivação da cultura material do mercado e do imensurável poder que este detinha, pode ser usada de igual modo para representar à prisão mental a que a sociedade está submetida. Para ele, isto significa a prisão de uma humanidade especializada, direcionada e compelida a abandonar os seus aspectos pessoais humanos e viver em um mundo racionalizado e desencantado (THIRY-CHERQUES, 1997).

A partir desse pensamento weberiano é possível adentrar na discussão dos tipos de racionalidades presentes nas ações humanas. Para Weber, a burocracia está pautada no tipo racional-legal, tipo este, que se configura por sua natureza fria e calculista, baseada simplesmente na lógica matemática. O uso exclusivo da razão instrumental não leva em consideração a existência dos outros tipos de ações humanas, comparando o homem a uma máquina que não pensa, mas, que apenas deve executar de maneira eficiente as tarefas que lhe são condicionadas.

No entanto, para que se possam compreender de maneira clara os tipos de ações racionais apresentadas por Weber cabem o desenvolvimento de uma discussão mais profunda sob seu pensamento, corroborando com a visão de alguns autores que também se propuseram a estudar o debate da racionalidade. Sendo esta a finalidade do tópico que se segue adiante.

2.1 A burocracia em Max Weber e a ação racional

Max Weber, um respeitado sociólogo alemão, dedicou-se aos estudos de economia, história, filosofia e direito e é ainda considerado um dos pais da sociologia, sendo conhecido na administração por apresentar um estudo sistematizado sobre a burocracia como instrumento de dominação da sociedade. O sistema burocrático se apresenta como um sistema de dominação ou de poder, que concentra em sua estrutura o monopólio da racionalidade e do conhecimento administrativo (MOTTA e BRESSER-PEREIRA, 2004).

A ideologia da burocracia weberiana surgiu em uma época na qual a Alemanha galgava os primeiros passos da industrialização e presenciava a elevada ascensão do capitalismo, passando o Estado a utilizar-se de uma forte estrutura de controle para organizar esse crescimento econômico. Para Tratenberg, “Weber é considerado parte integrante da sociologia alemã, que se constitui numa das mais altas formas de autoconsciência e autocrítica, produto de uma das maiores desagregações e reorganizações sociais na transição do século XIX e XX” (TRATENBERG, 1977, p.108).

Integrante da corrente historicista, Weber defende o tipo de pesquisa baseada em fontes documentais e o esforço de interpretá-las como ferramenta crucial para a análise e compreensão das diferenças sociais, sustenta a ideia de que cada indivíduo age com base em interesses racionais ou emotivos, não estando submetidos a uma força superior. Para ele é o entendimento da ação humana que traz consigo a compreensão da realidade social.

Nesse sentido, ao estudar sistematicamente a burocracia ele a definiu como o “tipo ideal” para se construir uma organização pautada nos critérios da racionalidade. Entretanto, essa expressão usada por Weber para defini-la, não expressaria nenhuma conotação de valor, sendo apenas uma abstração que permite a definição das características extremas desse fenômeno, fazendo com que ele apareça em sua forma “pura” (MOTTA e BRESSER-PEREIRA, 1991, p.23).

Ainda falando sobre o que seria o “tipo ideal” na concepção weberiana, Ramos ressalta que ele nada mais é do que uma expressão utilizada para definir algo hipotético, mas que deveria representar a forma pura de um fenômeno. A burocracia seria nesta percepção, o modo de organização que controlaria o sistema capitalista por meio da racionalização e previsibilidade do comportamento de seus membros (RAMOS, 2008).

Ao estudá-la, Weber a entendeu como o modo de organização pautada na eficiência, sendo esta, garantida à medida que as atividades são definidas detalhadamente através da divisão e racionalização das tarefas. A Burocracia enquanto forma de dominação é sustentada por meio do conhecimento técnico, utilizando-se da racionalidade e mantendo o caráter impessoal no tratamento dos casos, o que lhe assegura uma alta eficiência administrativa (SARAIVA, 2002).

Para o alcance dessa eficiência administrativa, fazia-se fundamental a adoção de regras a serem seguidas, sendo assim, Weber especificou características essenciais da burocracia. Dentre estas, a racionalidade, a impessoalidade e o caráter formal das relações que traduzem com clareza a funcionalidade de uma organização burocrática.

A primeira delas, a racionalidade, revela-se como a característica de maior análise e discussão entre os estudiosos. Ela representa a maneira adequada ou mais eficiente de se alcançar determinado objetivo com a exigência do mínimo de esforços (MOTTA e BRESSER-PEREIRA, 2004).

Diante dessa conceituação percebe-se que a divisão do trabalho representa a maneira mais racional para a execução das tarefas, uma vez que cada participante tem conhecimento de suas funções e responsabilidades. Tornando-a, coerente com os objetivos a serem atingidos e trazendo uma relativa parcela de contribuição para o alcance da eficiência organizacional.

A impessoalidade por sua vez, se caracteriza pelas distribuições das atividades de modo impessoal, isto é, ela leva em consideração os cargos e funções e não as pessoas envolvidas. O caráter pessoal destas é eliminado dando lugar às funções que ocupam. Sendo assim, as pessoas não são levadas em consideração enquanto indivíduos, mas como meros ocupantes de cargos.

Já a formalidade das relações, representa a obediência rígida a normas e regulamentos, sem levar em consideração o tipo de situação que está sendo vivenciada. Na burocracia são as regras e os manuais que dizem o que fazer e como fazer, fazendo com que o funcionário bloqueie a sua capacidade de criatividade e iniciativa para realizar qualquer coisa que fuja ao padrão das normas estabelecidas.

Desse modo, o caráter formal dos procedimentos apresenta o documento como peça fundamental da burocracia, de modo que nenhuma decisão é válida se não for publicada em forma oficial (RAMOS, 2008). Isto é, no atual sistema burocrático de dominação, todas as pessoas são tidas como “suspeitas” até que os documentos provem o contrário.

Entretanto, cabe sintetizar que Max Weber não foi o criador da burocracia, mas que ele se propôs a estudá-la por considerá-la uma ferramenta de dominação da sociedade, uma vez que se interessava pelo estudo e compreensão das relações de poder e autoridade. Nesse sentido ele trata a ação social como sendo uma conduta dotada de um significado subjetivo a qual orienta o comportamento de cada indivíduo em relação a outro indivíduo, grupo ou organização. Sendo assim ele a divide em quatro tipos:

1. Ação racional com relação a fins: é aquela em que o indivíduo orienta sua prática a partir de um cálculo racional.
2. Ação racional com relação a um valor: baseada no uso da racionalidade, porém dotada de um valor subjetivo.
3. Ação emocional ou afetiva: este tipo de ação está pautado nas emoções e nos sentimentos, sendo, portanto de caráter irracional.
4. Ação tradicional: baseia-se na crença e nos costumes.

Para Sell (2011), o que diferencia a ação racional com relação a fins dos outros tipos de ações é o grau de racionalidade presente nesta, é como se ela fosse o tipo ideal e as outras ações representassem um desvio a essa tipologia. A ação será tanto mais racional à medida que ela se basear em um objetivo ou em um fim específico.

Dessa forma, pode-se afirmar que a ação racional com relação a fins é aquela que melhor caracteriza o tipo de dominação burocrática apresentada por Weber, uma vez que esta se fundamenta no uso do cálculo racional e na regra imposta (MOTTA e BRESSER-PEREIRA, 1991). A racionalização weberiana tem como base o seu estudo da ação social. Entender os seus conceitos de racionalidade torna-se indispensável para que se possa compreender a maneira como ele a definia.

De acordo com Sell (2011), a interpretação da racionalidade em Weber pode se dividir em dois grupos: o primeiro grupo que compreende o processo de racionalização como representante de condutas orientadas pela racionalidade formal, uma vez que este se fundamenta na despersonalização das relações sociais e no uso da técnica baseada no cálculo. E o segundo grupo que trata da racionalidade material pautada no uso de normas qualitativas e de questões éticas como sendo a questão fundamental do pensamento da racionalidade em Weber.

Guerreiro Ramos, um importante escritor brasileiro, se destacou na área de ciências políticas, sociologia e administração, onde se tornou bastante conhecido por seus estudos sobre a organização racional do trabalho, sendo ele um dos mais relevantes críticos da racionalidade legal ou burocrática. Ramos, ao estudar os tipos de ações racionais a dividiu em duas: A racionalidade formal ou instrumental, determinada por expectativas de resultado ou fins calculados e a racionalidade substantiva ou de valor que constitui um componente

intrínseco do ser humano e é determinada independentemente de suas expectativas de sucesso (RAMOS, 1981).

Para Weber, a burocracia no contexto peculiar de uma sociedade capitalista centrada no mercado, é caracterizada pela racionalidade instrumental, uma vez que estaria empenhada em funções racionais baseadas em fins calculados. Na definição de Serva (1997), a razão instrumental é aquela orientada para o alcance de objetivos econômicos, através da maximização dos recursos existentes.

A racionalização instrumental tem sido tema de estudos e debates entre diversos estudiosos, com a finalidade de formular discussões sobre os efeitos que esta ação tem causado na sociedade contemporânea e que vive suas regras baseada exclusivamente no cálculo racional, imposição de normas de conduta, limitando às pessoas de desenvolverem suas habilidades humanas, intrínsecas, subjetivas e que dizem respeito a valores, percepções e sua liberdade política.

Segundo Mannheim, na sociedade moderna, a racionalidade instrumental tende a abranger a totalidade da vida humana, não deixando ao indivíduo outra escolha, além da desistência da própria autonomia (MANHEIM, 1940 *apud* RAMOS, 1981). Diante disso, percebe-se que a predominância deste tipo de racionalidade condicionam os indivíduos a um verdadeiro aprisionamento mental, ficando estes compelidos a obedecerem cegamente às normas que lhes são impostas. Não sendo nenhum exagero afirmar que mesmo inseridos em uma dita sociedade democrática, não se pode fazer uso de seu maior atributo, o exercício da política, isto é da liberdade de ação, de discussão e de formulação de novas ideias.

Portanto, compreende-se que a racionalidade instrumental desconsidera a existência e importância dos aspectos pessoais humanos, eliminando a possibilidade de manifestação de qualquer tipo de ação humana emocional ou afetiva. Sendo assim, a racionalidade pensada pela sociedade atual negligencia os aspectos pessoais do ser humano, ou melhor, da classe que somente dispõe da força de trabalho para sua sobrevivência. Ficando estes submetidos à tirania existente nas organizações burocráticas e que impedem o exercício de outras racionalidades, isto é, o exercício da ação política.

2.2 Os entraves e o engessamento da burocracia: uma visão da crítica administrativa

Desde a predominância da estrutura burocrática na sociedade atual se faz a objeção sobre como esta teria se transformado em um entrave ao exercício político do cidadão contemporâneo. São muitas as reflexões desenvolvidas na tentativa de compreender as causas deste tão grande engessamento. Essa reflexão abriu espaços para diversas formulações críticas que a assimilam a uma forma de poder capaz de controlar a sociedade e os indivíduos que dela fazem parte.

Para Weber, depois de plenamente estabelecida, a burocracia é uma das estruturas sociais mais difíceis de ser destruída. Onde a burocratização da administração foi completamente estruturada é estabelecida uma relação de poder quase inabalável (WEBER, 1963). O poder nesse caso é identificado como a forma de dominação utilizada para controlar, coagir ou até mesmo manipular as pessoas, sendo assim, importante ponto de discussão entre os críticos.

Motta e Bresser-Pereira são dois grandes críticos da burocracia e a definem como uma forma de poder estruturado através das organizações, podendo se constituir em grupo ou classe social (MOTA e BRESSER-PEREIRA, 2004). Ou seja, ela é uma representação de poder presente na maioria das sociedades e do qual a maioria ou todas as pessoas são

dependentes. Poder que se manifesta através da superioridade técnica e da retenção e sigilo de informações daqueles que as detêm.

Em pleno século XXI, a tão discutida democracia participativa fica apenas em seus belos discursos, enquanto o governo burocrático continua administrando da forma como considera viável para o alcance de seus próprios interesses. Dessa forma, a burocracia conhecida como a forma mais racional de organização, acaba tornando-se a mais irracional (MOTTA, 2000).

De acordo com essa visão, compreende-se que as ferramentas burocráticas vêm limitando a liberdade de agir das pessoas, fazendo com que estas se tornem passivas diante das ações de um governo tirânico e que impõe suas próprias regras à sociedade. Essa limitação se dá por meio do pouco acesso a informações sobre esse tipo de dominação, uma vez que quanto mais esse sistema torna-se uma abstração, é menos possível conhecer o seu funcionamento.

Esse modelo de governo tirânico e dominador pode ser caracterizado ainda como um tipo de domínio em que os dominados aceitam passivamente ou sem muita resistência às regras impostas pelos dominantes, o que para Motta e Bresser-Pereira, refletem “um estado de coisas no qual as ações dos dominados aparecem como se estes houvessem adotado como seu, o conteúdo da vontade manifesta do dominante” (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 203).

Alguns autores vão ainda mais longe em relação à problemática presente no governo burocrático e chegam a falar sobre a total ausência de democracia nesse sistema. Para Tragtenberg (2006), a burocracia, ao mostrar-se democrática e participativa, ao mesmo tempo em que se utiliza da sua hierarquia para manter o sigilo administrativo e a repressão política age com princípios antiéticos e contraditórios.

Nesse sentido, ao se falar em sigilo administrativo referencia-se a total ou parcial existência de uma transparência administrativa nos órgãos gerenciados pelo sistema burocrático. Mas, além disso, refere-se à ausência de informações básicas ao usuário. As informações são privilégios da minoria que domina o sistema e detém o poder sobre a maioria dominada.

De acordo com Faria e Meneghetti (2011), essa estrutura burocrática concentra o poder na mão das elites detentoras do capital, contribuindo para o crescimento das grandes empresas capitalistas, tornando-se uma estrutura racionalmente ordenada e difícil de ser destruída. Destarte, constitui uma forte estrutura de poder e dominação em que ninguém poderá ser superior a ela.

No entanto, a burocracia em Weber enfrenta um forte problema advindo da interpretação feita pela teoria administrativa, uma vez que esta, ao concentrar toda a atenção no “tipo ideal” de organização burocrática com a intenção de perceber se as organizações se adaptavam ou não a ele, deixa de lado a preocupação central do pensamento weberiano que é a dominação burocrática (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 1991).

Desse modo, ao estudar a burocracia, Weber buscava compreender a maneira pela qual as organizações estavam passando de um estado aparentemente simples, sem estruturas definidas para organizações pautadas na racionalidade. Para ele, essa passagem acontecia por meio da dominação, podendo ser esta tanto pautada em interesses coletivos quanto na relação de poder: mando e subordinação.

Nesse sentido, percebe-se que esse estudo provém de uma preocupação em entender a dimensão que a racionalidade burocrática estava tomando. Sendo assim, a partir do estudo weberiano surgem importantes críticas à teoria da burocracia, dentre estas, as análises mais conhecidas que são a de Merton, Gouldner, Selznick e Crozier. O quadro a seguir apresenta cada um desses modelos:

| Modelo de Merton | Modelo de Gouldner | Modelo de Selznick | Modelo de Crozier |
|--|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Exigência de controle; - Ênfase na confiança e no comportamento; - Rigidez no comportamento e defesa mútua; - Justificativa da ação individual; - Grau de dificuldade com os clientes; | <ul style="list-style-type: none"> - Exigência de controle; - Adoção de diretrizes gerais e impessoais; - Visibilidade das relações d poder; - Nível de tensão interpessoal; - Diferença entre os objetivos da organização e sua realização individual; | <ul style="list-style-type: none"> - Delegação de autoridade; - Grau de treinamento e assuntos especializados; - Bifurcação de interesses; - Internalização dos subobjetivos pelos participantes; | <ul style="list-style-type: none"> - Luta pelo poder e sua manutenção; - Conformidade de seus membros; - Extensão do desenvolvimento das regras impessoais; - centralização de decisões; - isolamento dos níveis hierárquicos; - Desenvolvimento de relações de poder paralelas; |

Quadro 1: Resumo dos principais modelos burocráticos

O primeiro modelo apresentado é o de Robert King Merton. Esse modelo é caracterizado pela ênfase na exigência de controle por parte da burocracia, como ponto crucial para que ela possa funcionar de maneira satisfatória. Além disso, haveria a necessidade de conferir treinamentos e muita disciplina aos funcionários de modo que estes desenvolvessem padrões de comportamento sustentados pelos sentimentos que garantam a dedicação aos deveres burocráticos.

Entretanto, a probabilidade desses sentimentos se tornarem fortes e inculcados revelou-se a principal preocupação de Merton, uma vez que resultaria em um apego excessivo as normas e regulamentos por parte dos funcionários, fazendo com que a norma deixe de ser um meio e passe a ser um fim em si mesma.

Outro importante elemento da burocracia apresentado em Merton é a rigidez de comportamento dos funcionários, contribuindo para o surgimento de uma organização formal e defensiva, sendo esta última denominada como “*esprit de corps*”, ou seja, a autodefesa do grupo burocrático ante a sociedade e seus públicos (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

Nesse sentido, ao definir a rigidez burocrática como responsável por dificultar a resolução de simples processos e ao fazer uso do “*esprit de corps*”, a burocracia se utiliza da rigidez e da autodefesa como instrumentos de opressão para com as pessoas que necessitam de atendimento.

O segundo modelo é o de Alvin Gouldner. Para ele, o processo burocrático é compreendido como um ciclo instável em busca de constante equilíbrio, mas, que está propenso a provocar tensões e conflitos interpessoais. Sendo assim, as regras impessoais conduzem a um maior reconhecimento do nível mínimo das condutas aceitáveis, isto é, o nível em que as condutas tendem a ajustar-se. No entanto, este baixo nível provoca desequilíbrios que tendem a fazer aumentar a supervisão e o caráter patente das relações de autoridade. Dessa forma, a despersonalização diminui a visibilidade das relações de poder, o que se relaciona diretamente com o papel do supervisor, contribuindo dessa forma para a alteração no nível de tensão interpessoal no grupo de trabalho (MOTTA, 1979).

No terceiro modelo, tem-se a análise de Philip Selznick, que é derivada de um estudo realizado na TVA, uma agência regional norte-americana. E o seu modelo diferentemente do de Merton, enfatiza o papel da delegação de autoridade. O pressuposto de Selznick é o de que

as burocracias se caracterizam pela busca constante da integração de objetivos de subgrupos à doutrina oficial da organização. É, portanto, o reino do conflito, da tentativa de legitimação dos interesses parciais e frequentemente divergentes (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

Em suma, esse modelo é centralizado na delegação de autoridade e acarreta uma série de consequências imediatas, como a necessidade do intenso treinamento, resultando em uma departamentalização e maior divisão dos interesses dentre os departamentos.

A divisão desses interesses gera uma série de conflitos, pois a dedicação aos objetivos próprios de cada departamento reflete em um não cumprimento dos objetivos da organização. Para Motta e Bresser-Pereira, a busca de objetivos desejados, pode transformar-se na realização dos objetivos inesperados e indesejados pela burocracia, uma vez que foram estabelecidos pelo comando monocrático (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

Por fim, o quarto modelo é apresentado por Michel Crozier, sendo sua análise fundamentada na luta pelo poder e por sua manutenção. Em sua concepção só é efetivamente possível compreender o fenômeno de uma organização atentando-se para os problemas da administração, o que ele denomina como problemas de ação cooperativa. Nesse sentido, todas as organizações independentes de seus objetivos ou da sua importância esperam de seus membros certo grau de conformidade.

Os quatro traços apresentados de forma crítica por Crozier são: a extensão do desenvolvimento das regras impessoais, ao mesmo tempo em que se torna uma espécie de freio ao favoritismo, limita a criatividade dos funcionários; a centralização das decisões, conduzindo à rigidez organizacional; o isolamento dos níveis ou categorias hierárquicas, levando ao deslocamento dos objetivos; e o desenvolvimento de relações de poder paralelas (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

Além destes modelos apresentados, Hannah Arendt ao falar sobre o tema da burocracia em seu livro *Sobre a violência* trouxe uma relevante contribuição crítica para o entendimento deste fenômeno. Diante disso, faz-se necessário uma análise mais profunda sobre o pensamento arendtiano, bem como das quatro categorias apresentadas por ela: poder e política em contraposição à força e violência.

3 A BUROCRACIA EM HANNAH ARENDT E AS CATEGORIAS: PODER E POLÍTICA *VERSUS* FORÇA E VIOLÊNCIA

Hannah Arendt, uma pensadora política de origem judia, mas naturalizada alemã é bastante conhecida por seus estudos sobre os regimes totalitários e por sua filosofia da liberdade. Escreveu diversas obras, dentre elas o livro *Sobre a Violência*, publicado em 1969, que apresenta como questão central o uso da violência, sendo confundida como uma forma de poder dentro das mais diversas esferas da sociedade e traz uma interessante abordagem da burocracia sendo identificada por ela como o “*Governo do Domínio de Ninguém*”. Para Arendt:

A burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem o único nem os melhores, nem a minoria nem a maioria, pode ser tomado como responsável e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém (ARENDDT, 2011, p. 54).

Essa caracterização dada pela autora para definir a burocracia está voltada para um aspecto característico desse sistema que é a ausência de um responsável que possa responder pelas falhas e ineficiência do mesmo, o que acaba gerando uma inquietação e

descontentamento daqueles que sofrem com a falta de respostas e esclarecimentos dos problemas onde não se encontra o verdadeiro responsável.

A ausência de quem responsabilizar faz da burocracia uma forma de governo em que as pessoas estão privadas da liberdade política e do poder de agir, pois se refere a um domínio em que não se conhece o dominador e onde todas as pessoas são igualmente impotentes, tendo assim uma tirania sem tirano (ARENDRT, 2011).

Nessa sua obra é feita uma análise sobre a violência na questão da política, em que poder e violência passam a serem vistos como sinônimos, ou seja, a violência passa a ser considerada como uma manifestação de poder, o que para ela representa uma visão distorcida, uma vez que o poder só existe com a união das pessoas de um determinado grupo, ou seja, o poder só existe em coletivo. Já a violência representa uma manifestação contrária, isto é, uma tentativa desastrosa de se manter no poder.

Para Arendt, a violência, distintamente do poder, da força ou do vigor, sempre necessita de implementos. Para explicar claramente a definição de poder são dados conceitos para distinguir *vigor*, *força*, *autoridade* e *violência* que são termos constantemente utilizados como sinônimos de poder.

Na concepção arendtiana, o *vigor* é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa, isto é, representa o caráter individual de algo ou de alguém. Já a *força* deve ser usada para indicar a energia liberada por fenômenos físicos ou sociais. Enquanto *autoridade* por sua vez, implica no reconhecimento inquestionável, ou seja, é a capacidade plena de fazer com que a obediência ao outro ocorra sem se tornar necessário o uso da coerção ou persuasão. E por fim, a *violência* só existe como um implemento, ou seja, como uma ferramenta utilizada para multiplicar o vigor individual.

Segundo o seu pensamento, o poder não pode ser confundido com nenhum desses outros conceitos, uma vez que este só se efetiva com a existência de um grupo e desse modo só existe poder coletivo.

Hannah Arendt escreveu diversas obras de grande destaque, deixando como principal contribuição, a análise das quatro categorias que permeiam a condição da vida pública, sendo estas: Poder e Política; Força e Violência, o que para ela são termos opostos entre si, mas, frequentemente confundidos pela sociedade. Para Arendt, poder e política apresentam definição e sentido divergente de força e violência. Sendo assim, a utilização destes últimos implica em uma total negação da existência dos primeiros.

O poder tem sido um dos temas mais discutidos entre as pessoas, despertando o interesse de filósofos, economistas, políticos e outros. Falar sobre o poder é procurar saber sobre como se dá o seu exercício, é de certo modo refletir sobre a “ilusão de o possuir”. Esta tem sido a reflexão feita por diversos povos e nações (BARRACHO, 2007).

Estando presente na sociedade desde os primórdios das relações humanas, o poder é visto pelo senso comum como caracterizador da relação: mando e obediência, que um indivíduo ou grupo tem sobre algo ou alguém. Michel Crozier (1970), divide o poder em duas faces: a primeira corresponde ao poder bom e socialmente aceito e a segunda apresenta o poder como algo repreensível e imoral, fazendo uso de vantagens da situação para manipular os outros.

Para Crozier, “quaisquer que sejam as suas fontes, sua legitimação, seus objetivos e seus métodos de exercício, todo fenômeno de poder implica uma possibilidade de ação de um indivíduo ou de um grupo sobre um ou diversos outros indivíduos ou grupos” (CROZIER, 1970, p.22). A partir desse pensamento pode-se compreender o poder como a capacidade de ação manifestamente explícita que um indivíduo ou um grupo tem sobre outros, isto é, o poder só se efetiva mediante o exercício da ação.

Divergindo da concepção de poder apresentada por Crozier e definindo o poder como algo de natureza exclusivamente coletiva, Arendt nega a existência do poder como capacidade

atribuída a um único indivíduo. Para ela, o poder corresponde à habilidade humana para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas, existe apenas enquanto o grupo se conserva unido (ARENDDT, 2011).

A política, por sua vez, é observada por Arendt em uma perspectiva que envolve seu verdadeiro sentido em oposição ao preconceito e confusão que se faz dela na atualidade. Para ela, a verdadeira ação de caráter político é aquela que só pode ser tomada no seio da esfera pública, e que para ela representa o lugar de convívio entre homens, lugar em que estes possuem a liberdade de agirem e de se comunicarem coletivamente (ARENDDT, 1987 *apud* BARRACHO, 2007).

Sendo assim, entende-se a ação política como uma manifestação baseada na pluralidade humana. Entretanto, Arendt apresenta o problema da generalização que se faz do termo “O homem” no sentido de incluir todos os homens na categoria de seres iguais, excluindo assim, as diferenças existentes entre cada um deles. O que para ela implicaria em uma negação à política, sendo que esta representa a coexistência e associação de homens diferentes.

Para Arendt, “os homens se organizam politicamente segundo certos atributos comuns essenciais existentes em, ou abstraídos de, um absoluto caos de diferença” (ARENDDT, 2010, p.145). Desse modo, não se pode falar que o homem é um ser que nasce político, mas sim, que a política é construída entre os homens, justamente pela necessidade de organizar as suas respectivas diferenças.

Nesse sentido, pode se compreender que a ação política representa a liberdade que cada indivíduo possui de agir e de se comunicar coletivamente, ao mesmo tempo em que possam expor as suas singularidades. Sendo assim, no pensamento arendtiano, a definição de “humanidade” utilizada pela sociedade atual para representar todos os homens em suas singularidades reflete uma verdadeira ignorância e um fim trágico para a definição correta de política (ARENDDT, 2010).

Ao falar sobre política como a manifestação das características diferentes de cada indivíduo em oposição aos interesses comuns da coletividade, Arendt, vê na burocracia uma forma de governo que impossibilita o uso da mesma. Pois para ela, o fato deste governo ser caracterizado pelo seu anonimato ou inexistência de um verdadeiro culpado, não anula a sua tirania, mas pelo contrário, o torna ainda mais opressor por não existir um indivíduo concreto a quem se possa reivindicar alguma coisa (ARENDDT, 2010).

Diante disso, pode-se salientar que o exercício da verdadeira política expressa claramente à necessidade do uso da racionalidade substantiva, uma vez que esta leva em consideração, a capacidade valorativa de cada homem, o considerando como um ser individual e que tem pensamentos e aspirações diferentes, ao invés de considerá-lo como uma humanidade massificada e generalizada em suas representações sociais.

De acordo com as definições arendtianas de poder, política, força e violência, vale ressaltar que para ela, o poder e a política estão relacionados com a prática do bem comum entre as pessoas, garantindo a vida, a liberdade, e a sinergia do ser humano com o meio ambiente. Enquanto que a força e a violência estão relacionadas com a guerra, com o aspecto ditatorial, imposição, a violência brutal, o extermínio da fauna e da flora, inclusive a extinção do ser humano (SOUZA, 2011).

Desse modo entende-se que a força e a violência são ações que se opõem ao poder e a política. Pois enquanto estas últimas referem-se à participação de todos, as primeiras representam o domínio de poucos, mediante a criação e imposição de leis autoritárias e inibidoras da liberdade da ação popular.

Sendo assim, observa-se que na sociedade atual, onde se prega o uso da política e do poder como ferramentas fundamentais da democracia, o que se percebe são situações nas quais aqueles que se dizem políticos e que detêm o poder, ao se depararem com a necessidade

de fazerem uso destes em benefício do bem comum, acabam por agirem de forma dominadora, utilizando-se da força e da violência (SOUZA, 2011).

3.1 Uma análise das categorias: poder, política *versus* força e violência em Hannah Arendt e as principais críticas à burocracia

Tomando como fundamento os pensamentos apresentados pelos críticos da burocracia, percebe-se que o real motivo para o engessamento e o entrave burocrático condiz com o excesso de regulamentação das normas. Engessamento este, que impossibilita os indivíduos a terem iniciativa e autonomia para resolver questões, cuja resolução não esteja previamente estabelecida no manual que lhes foi repassado. Desse modo, tem-se a eliminação total da capacidade humana de desenvolver habilidades próprias, isto é, a eliminação do uso da racionalidade substantiva em detrimento do uso exclusivo do cálculo racional, da norma legal, ou seja, do uso da racionalidade instrumental.

O sistema burocrático, como abordado em todo esse estudo, apresenta uma dominação coercitiva e centralizadora, caracterizado por um controle exagerado e uma violência disfarçada de administração. Por violência, entende-se um fenômeno humano complexo que apresenta formas sempre indeterminadas e inesperadas. De modo que a negação total ou parcial da vida é característica comum a todas as formas de violência (RUIZ, 2011).

Para enfatizar a relação burocracia e violência pode-se acrescentar que a burocracia não somente é um governo violento como também é a causa de muitas ações violentas que partem da sociedade, os movimentos manifestantes de alguns grupos, por exemplo, representam esses tipos de ações. Para Arendt, as revoluções estudantis são fortemente influenciadas pelo descontentamento com a forma de governo burocrático. “O traço crucial nas rebeliões estudantis em todo o mundo é que elas são dirigidas em todo o lugar contra a burocracia dominante” (ARENDRT, 2011, p. 101).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a atuação da burocracia na sociedade vem limitando as ações dos grupos e expandindo as características opressivas e tirânicas desse sistema. Uma vez que, quanto maior é a burocratização da vida pública, maior será a atração pela violência (ARENDRT, 2011).

Dessa forma, contextualizando a crítica de Merton com o pensamento de Arendt, tem-se a utilização da força claramente identificável nos argumentos de autodefesa apresentados pelos burocratas. Do mesmo modo, trata-se de uma ação violenta que se dá mediante a inexistência de um verdadeiro responsável pelas falhas e ineficiências do sistema burocrático, o que segundo Arendt, caracteriza o denominado domínio de ninguém. Nesse sentido, a autodefesa apresentada por Merton implicaria em uma clara tentativa de ausentar se da culpa.

Para Arendt, a violência se faz presente na maioria das ditas relações de poder, mas que na verdade não usam o poder legítimo dotado da liberdade, da capacidade de agir e sim da força baseada em instrumentos de coação e negação da liberdade, tanto do indivíduo como de grupos. Relacionando esse pensamento ao modelo de Gouldner, é exatamente o caráter de redução da visibilidade do poder que gera certo conflito no grupo de trabalho, o que para Arendt resultaria no uso da violência como ferramenta a ser utilizada mediante o enfraquecimento do poder.

Segundo o modelo de Philip Selznick, ao serem departamentalizados, os objetivos organizacionais passam a caracterizar novamente a fragmentação de poder, ocasionando conflitos, o que para Arendt implicaria como uso da força para manter o controle burocrático.

A conformidade apresentada por Crozier, por sua vez, implicaria na aceitação dos métodos impostos pela administração burocrática. Analisando a história é possível identificar

a utilização da burocracia no século XX sendo obtida por meio do uso da violência. A partir desse entendimento equipara-se o pensamento de Arendt e Crozier, quanto ao uso da violência para coagir a classe dominada mediante a aceitação e conformismo das normas existentes.

Os tópicos abaixo fazem uma correlação entre às categorias apresentadas por Hannah Arendt e os modelos burocráticos dos principais críticos.

1. O governo do domínio de Ninguém, usado por Hannah Arendt para definir a burocracia como forma de dominação onde nunca se sabe quem é o verdadeiro responsável, encontra relação com o uso do “*esprit corpus*” ou a autodefesa dos grupos burocráticos, apresentado no modelo de Merton;
2. O uso da violência como ferramenta utilizada quando há um relativo enfraquecimento do poder, é percebido no modelo de Gouldner, quando este afirma que a redução da visibilidade do poder, ocasiona a geração de conflitos interpessoais entre os grupos de trabalho;
3. Para Selznick, a fragmentação do poder como consequência da existência de objetivos departamentalizados, ocasiona os conflitos nas relações interpessoais. Corroborando ao pensamento de Arendt, nessa situação é comum o uso da força e da violência como meio de manutenção do controle;
4. Crozier fala da necessidade de estabelecer o conformismo entre os membros das organizações burocráticas. Para Arendt o uso da violência é o meio utilizado para manter as pessoas passíveis diante desse governo tirânico e opressor;

Desse modo, percebe-se uma estrita relação entre as principais críticas administrativa à burocracia e o pensamento arendtiano, uma vez que, todos os modelos estudados apresentam formas burocráticas pautadas nos interesses próprios de uma classe dominante e que impõe suas vontades sobre toda a sociedade. Seja por agir de modo violento ou por fazer uso da autodefesa como ferramenta de manipulação. Sendo assim, Arendt configura o domínio de ninguém como sendo o mais tirânico de todos, pois nele não há a quem se possa questionar ou mesmo responder pelas falhas e ineficiência (ARENDR, 2011).

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser caracterizada como bibliográfica, uma vez que as fontes utilizadas para a realização da mesma foram todas de cunho teórico sem a necessidade de ir a campo. Segundo Vergara, (2007, p. 48), “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

O estudo desenvolve-se na perspectiva do método comparativo, no qual se procura estabelecer regularidades/irregularidades entre dois polos, no caso, o pensamento weberiano sobre a burocracia e a construção de Hannah Arendt sobre poder e política, força e violência. O que se propõe é, na verdade, uma aproximação dessas categorias sem prejuízo das peculiaridades do pensar de cada autor.

A partir da relação burocracia enquanto ação racional instrumental e substantiva, e as categorias de poder e política *versus* força e violência, procurar-se-á melhor compreender a organização social e política do capitalismo contemporâneo, dentro da sua historicidade como pretendeu Weber e nas suas mútuas relações como quer Arendt, avançando na perspectiva crítica.

Trata-se de uma análise qualitativa, subsidiada teoricamente em fontes bibliográficas acerca do objeto em estudo: a burocracia. De acordo com Silva e Menezes (2001), a pesquisa é caracterizada como qualitativa quando não há a necessidade de se fazer uso de métodos e

técnicas estatísticas e o ambiente estudado é a fonte direta para a coleta de dados, o pesquisador é o instrumento chave, e que busca analisar seus dados por meio da indução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos propostos, cumpre ressaltar que a burocracia conforme o pensamento weberiano foi conceptualmente tida como a organização do poder em si, e nestes termos, sugeria a priori, o uso racionalidade instrumental como meio de alcançar a eficácia propriamente dita e de manter a impessoalidade do agente, limitando-o a desenvolver atributos da subjetividade humana, como: celeridade, praticidade, justiça em acesso e qualidade, no que tange aos deveres do Estado para criar e ampliar a organização social e política.

Entretanto, o próprio Estado no modelo capitalista vem desvirtuando esta proposta, na medida em que transforma a própria organização estatal, gigantesca e ineficiente, em opressora, especialmente da classe que vive do trabalho, atualmente numa democracia representativa, onde esta classe conta com ínfimo poder político. Deste modo, o atual contexto sociocultural e político vêm requerendo para além da razão instrumental, também a razão substantiva, mediante o entendimento de que o ideal só se realiza, ou pelo menos se aproxima, por meio das convicções humanas e estas são políticas, dialogadas, negociadas para além de seus aspectos calculáveis.

Considerando que o objetivo e a preocupação de Weber é compreender o sentido que cada ator dá à própria conduta, encontra-se aí, a subjetividade do indivíduo, que resulta em conhecimento subjetivo ao compreender as causas da ação de vários indivíduos. A reconstrução analítica de elementos da realidade em termos de tipos ideais e a simulação das possibilidades valorativas envolvidas num acontecimento ou situação seriam os elementos principais que permitiriam a compreensão causal dos fenômenos sociais. Infundada, portanto, a crítica de que se trata de uma teoria ultrapassada, corroída pela inépcia dos agentes públicos do estado capitalista. Se assim os estão, não beberam na fonte do pensamento de Weber.

Diante da questão norteadora do estudo: qual a relação entre os tipos de racionalidades em Max Weber e as categorias de poder e política *versus* força e violência em Hannah Arendt?

Sem prejuízo das diferenças entre ambos, considera-se haver encontrado certa proximidade da concepção weberiana com as categorias de poder e política abalazadamente trabalhadas por Hannah Arendt. Para esta autora, o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto, ou seja, o poder é grupal e só existe enquanto os mandatários permanecerem unidos. Por seu turno, a força deveria ser uma energia liberada da natureza e dos movimentos sociais. Esta, entretanto, é frequentemente confundida com o uso da violência para alcançar ou manter o poder. Nestes termos, a violência no conceito arendtiano é uma desordem provocada pelos questionamentos oriundos de um poder ilegítimo, não reconhecido ou desgastado. Pode-se dizer ainda que a política é a fonte imanente do diálogo que por sua vez, gera o poder legítimo e que se contrapõe à violência.

Sendo assim, tem-se atualmente que a burocracia como “jaula de ferro” da sociedade moderna, é uma expressão de dominação violenta e brutal, ilegítima e manobreira. Porém, a impessoalidade dos atuais ditos estados democráticos inibem os resultados da atuação política. Observa-se que quanto mais a ideologia burguesa prega a cultura de paz, mais a violência recrudescer, provando a ilegitimidade do poder e sua ineficiência formal, em

prejuízo da subjetividade humana, para quem devem estar voltadas todas as formas de organização social.

Encontrou-se em Arendt que para as questões da política, os problemas da liberdade e da educação são fundamentais. Basta refletir-se o quanto o antissemitismo, o imperialismo, o totalitarismo entre tantos eventos de violência que se vivenciou no decorrer de um século demonstraram a urgência de nova garantia da dignidade humana, possivelmente encontrável em novos princípios políticos de força limitada, isto é, gerada e controlada por novas entidades territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FARIA, J. H e MENEGHETTI, F. K. Burocracia como organização, poder e controle. **Revista de administração de empresa- RAE**, vol.51, n.5, set-out 2011.
- BARRACHO, Carlos. J. B. da Silva. **Estratégias de poder e autoridade em contextos sócio-políticos diferenciados**. Tese de Doutorado. Santiago de Compostela, 2007.
- CROZIER, Michel. **A sociedade bloqueada**. Tradução de Maria Lúcia Alvares Maciel. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1970.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. Coleção primeiros passos. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. Controle Social nas organizações. **RAE – Revista Administração de Empresas**, v. 19, jul./set. 1979, p. 11-25.
- MOTTA, Fernando C. Prestes e BRESSER-PEREIRA, Luís. C. **Introdução à organização burocrática**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MOTTA, Fernando C. Prestes e BRESSER-PEREIRA, Luís. C. **Introdução à organização burocrática**. 2ª ed. São Paulo: Thomson, 2004.
- RAMOS, Guerreiro. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília : Conselho Federal de Administração, 2008.
- RAMOS, Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: Uma reconceituação da riqueza das nações – Tradução de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- RUIZ, Castor M. M. B. Crítica a la tesis naturalistas de la vida humana: um diálogo com Hannah Arendt. **Revista de Filosofia Moral e Política**, julho/diciembre, 2011, p. 609-624.
- SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **RAE- Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30 Abr./Jun. 1997.
- SARAIVA, Luíz. A. Silva. Cultura Organizacional em Ambiente Burocrático. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 1, Jan./Abr. 2002: 187-207.
- SELL, Carlos. E. Racionalidade e Racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 27, n. 79, junho/2012.
- SILVA, E. L.; MENESES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**,. – 3. ed. rev. atual.– Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>> Acesso em: 30. Nov. 2010.
- SOUZA, Marcos, S. Filosofia em Hannah Arendt: Política e Poder. Disponível em :

< <http://www.youtube.com/watch?v=v3C7bvFLEog>> acesso em 24 de março de 2014.

THIRY-CHERQUES. Max Weber e a ética nas organizações: cinco hipóteses sobre a cultura e a moral a partir de conceitos de Max Weber. **RAP- Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, p.5-21. Mar/abr. 1997.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WEBER, Marx. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Traduzido da sexta impressão Galaxy Book, 1963.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA
BIBLIOTECA “JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(X) Artigo

Eu, **Edilândia Pinheiro de Moura** e **Leonília Luz Xavier**, autorizamos com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **Burocracia e Ação Racional: da Concepção Weberiana às Categorias de Poder e Política versus Força e Violência em Hannah Arendt** de nossa autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI ____ de ____ de 20__

Edilândia Pinheiro de Moura
Assinatura

Leonília Luz Xavier
Assinatura